

Cuidar com crianças: práticas de interdependênciaJoana Martins¹**Resumo:**

Nas últimas décadas, pensadores de diversas áreas tem proposto uma mudança de paradigma necessária no Antropoceno: de agressores a cuidadores de um planeta doente. Nesse contexto, o cuidado se apresenta como uma prática cidadã interessada em reparar, nutrir e manter o que é comum. O cuidado é entendido por Joan Tronto e Maria Puig de la Bellacasa como uma relação que envolve assimetrias. Se as relações de cuidado extrapolam as relações afetivas, domésticas e amorosas e são inerentes a todos, é preciso cuidar do que é diferente a nós. Em um esforço de estabelecer “parentescos estranhos” (HARAWAY, 2023), só é possível pensar num cuidado universal se fugirmos de uma lógica antropocêntrica e pensarmos em comunidades mais-que-humanas de cuidado.

Pensando em uma democracia do cuidado (TRONTO, 2013), é possível observar em certas práticas pedagógicas uma abordagem a partir da ideia de cuidado com o território. A partir do entendimento da interdependência do cuidado, pensar com as crianças pode nos ajudar a traçar caminhos para fora da crise e gerar comunalidade (ESCOBAR, 2020) para além de laços sanguíneos, semelhanças e antropocentrismos. Como parte dessa pesquisa, realizo atividades extensionistas em territórios vulnerabilizados do Rio de Janeiro e um levantamento de atividades de educação ambiental/urbana com crianças brasileiras, buscando tensionar a categoria do cuidado/*care* desde uma perspectiva contextualizada no Sul Global.

Palavras-chave:

cuidado; interdependência; infância; comunalidade.

A² palavra “cuidado”, no seu uso cotidiano, está usualmente associada a práticas médicas. Precisa de cuidado quem está doente ou ferido. Em português, também é comum usarmos esse termo para indicar a necessidade de nos prevenir de alguma ameaça, no sentido de estar alerta. Nas últimas décadas, esse termo tem sido evocado por pensadores para pensar uma mudança de paradigma necessária no Antropoceno. Entendendo que o

¹ Arquiteta, doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio e professora substituta de Teoria e História da Arquitetura da UFRJ.

² Esse texto é parte da minha pesquisa de doutorado, defendida em setembro de 2025 no Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, sob orientação dos professores João Masao Kamita e Ana Luiza Nobre, com o título “Cuidado: crianças na rua – práticas educacionais de interdependência”.

nosso planeta está “doente”, falar em cuidado é também falar em formas de restauração, alimentação e manutenção (e não de extração e destruição) desse ser vivo. Se a causa dessa “doença” é o impacto humano sobre a Terra, falar em cuidado demonstra uma mudança na atitude antrópica: de agressores a cuidadores.

A crise sanitária global disparada pelo novo Coronavírus no final de 2019 sintetizou diversas camadas de crises contemporâneas: a crise ambiental, a crise política, a crise humanitária e a crise das cidades. A urgência climática planetária, já anunciada há décadas, se tornou incontornável e atravessou todos os campos do conhecimento. A suspensão da locomoção e o isolamento global também trouxe nova escala para a crise das cidades.

O contexto de emergência foi, em alguns casos, um chamado à auto-organização. No Brasil, também atravessado por uma grave crise política e com a população mais pobre sem ajuda efetiva de políticas públicas emergenciais, a imensa desigualdade fez com que fossemos o segundo país com mais mortes em número totais e o 13º em óbitos proporcionais à população³. Sem poder contar com o poder público, a sociedade civil rapidamente se organizou de maneira autônoma para tentar garantir a manutenção da vida. O impacto econômico gerado pela necessidade do isolamento social afetou muitas famílias, principalmente as que já estavam em condições de vulnerabilidade social. Nas favelas, o isolamento social foi quase inviável devido à configuração do seu tecido urbano. Diante da insuficiência de políticas públicas no Brasil voltadas para essa população, muitas favelas se organizaram para prover cestas básicas e outras doações a partir da articulação de coletivos, sem apoio do governo ou de partidos políticos.

O caso mais impressionante talvez seja o da favela de Paraisópolis, em São Paulo. Localizada em meio a um dos bairros mais caros da capital, a favela tem mais de 58 mil habitantes, segundo o Censo de 2022. Através de doações e parcerias com empresas, a favela contratou 3 ambulâncias, capacitou 240 socorristas, montou 60 bases de atendimento, transformou 2 escolas em casas de acolhimento e definiu 652 “presidentes de rua” (moradores voluntários responsáveis por verificar as necessidades das famílias e acionar as ambulâncias). Já na primeira semana da chegada da pandemia no Brasil,

³ Cf. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/29/ranking-da-covid-como-o-brasil-se-compara-a-outros-paises-em-mortes-casos-e-vacinas-aplicadas.ghtml>

Paraisópolis ajudou a organizar o G10 Favelas, um grupo de ajuda mútua composto inicialmente pelas 10 maiores favelas do país⁴.

A rapidez e a eficiência da criação de redes de mobilização e solidariedade a partir de questões urgentes demonstram a força da autonomia de organização da população, bem como revelam o abandono por parte do Estado. Porém, da mesma maneira que essas formas não-tradicionais de mobilização apontam para uma democracia radical, também podem indicar respostas liberais e tendências populistas para a crise democrática. Ou seja, essa organização, que independente dos mecanismos de representação tradicionais, como partidos políticos e eleições, pode significar uma democracia mais direta, mas também está exposta à cooptação por agentes externos.

A crise sanitária instaurada pela COVID-19 pode ter acentuado a crise da democracia representativa, especialmente em países de democracias frágeis, como o Brasil, mas ela também escancarou a crise ambiental. A ideia de um planeta doente e desequilibrado já vinha sendo abordada por ambientalistas desde o fim do século XX⁵. Porém, apenas com uma pandemia global esse tema parece ter ganhado a devida importância e urgência. Assim, a pandemia acirrou os debates sobre o Antropoceno⁶. Para o historiador brasileiro José Augusto Pádua⁷, diferentemente da modernidade e da globalização, o antropoceno é um fenômeno global e simultâneo, que atinge a todos. Essa igualdade de impacto chama todos os cidadãos ao problema. Embora os países mais pobres tenham mais dificuldade em lidar com esse impacto, os países mais ricos não

⁴ Inicialmente, o grupo era formado pelas favelas Rocinha (RJ), Rio das Pedras (RJ), Heliópolis (SP), Paraisópolis (SP), Cidade de Deus (AM), Baixadas da Condor (PA), Baixadas da Estrada Nova Jurunas (PA), Casa Amarela (PE), Coroadinho (MA) e Sol Nascente (DF). Ver mais em: [https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2019/11/25/primeiro-g10-favelas.htm#:~:text=O%20grupo%20%C3%A9%20formado%20pelas,e%20Sol%20Nascente%20\(DF\).](https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2019/11/25/primeiro-g10-favelas.htm#:~:text=O%20grupo%20%C3%A9%20formado%20pelas,e%20Sol%20Nascente%20(DF).)

⁵ Síntese da preocupação da época com o tema ambiental é a Eco-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil. A conferência teve como objetivo reunir líderes mundiais para discutir o conceito de “desenvolvimento sustentável” e definir metas para um crescimento econômico menos predatório.

⁶ O termo – proposto originalmente pelos cientistas Paul Crutzen e Eugene Stoermer em 2000 (CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. *The Anthropocene*. *IGBP Global Change Newsletter*, n.41, p.17-18, 2000.) –, antes de ser definido e reconhecido como uma era geológica de fato, é um conceito histórico para designar um momento do planeta em que as consequências negativas da ação humana escalaram e se tornaram irreversíveis.

⁷ PÁDUA, José Augusto. *Flora e nação: o país no espelho*. In: MARTINS, Ana Cecilia Impellizieri (Org.). *Flora brasileira: História, arte & ciência*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, p. 92-127.

podem simplesmente se blindar da catástrofe climática, como fazem com outras crises. As condições de enfrentamento da crise são diferentes, mas ela está posta a todos.

Alguns autores, como Jason Moore, Donna Haraway e Malcom Ferdinand, criticam o termo Antropoceno por generalizar todas as ações humanas como destruidoras do planeta e sugerem que mais adequado seria uma denominação que levasse em conta o regime econômico e colonial – como “Capitaloceno” ou “Plantationceno”, por exemplo.

Cuidar dessa dupla fratura exige que se identifiquem as *relações* desenhadas por tais destruições que unem os humanos (colonizadores, escravizados, autóctones) e os não humanos. O habitar colonial é: uma engenharia ecológica das paisagens da Terra em *plantations* [...] (FERDINAND, 2022, p.58)

Então, se nem todas as ações humanas são destruidoras, podemos pensar nas ações reparadoras e de cura que buscam reverter a catástrofe a partir de práticas de cuidado com esse ser vivo que habitamos. Nesse sentido, a ideia de cuidado vem sendo abordada por autoras como Joan Tronto e Maria Puig de la Bellacasa como uma prática política capaz de articular comunidades e alimentar a cidadania.

Essa também é uma outra forma de olhar para a história da humanidade, a partir de uma lente feminista. A escritora estadunidense Ursula Le Guin propõe a ideia de que o primeiro elemento criado pelos humanos tenha sido um cesto e não uma lança. O cesto é essencial para o deslocamento de recursos, de bebês e de crianças e para o armazenamento de alimentos. Pensar a história a partir da lança é repetir as narrativas modernas de progresso e conquista, enquanto pensar a partir do cesto é valorizar o cuidado, o zelo e todos os processos que envolvem o ato de guardar e que acabam ficando de fora da trajetória dos heróis.

Eu não estou contando essa história. Nós já a ouvimos, todas nós ouvimos tudo sobre todas as lanças e espadas, as coisas para bater e perfurar e açoitar, as coisas longas e rígidas, mas ainda não ouvimos falar sobre onde se colocam essas coisas, o recipiente onde as coisas são guardadas. Essa é uma nova história. Isso é novidade. [...] achamos que é melhor começar a contar outra história, com a qual, talvez, as pessoas possam seguir quando a antiga acabar. (LE GUIN, 1989, p.3-4)

-Quem cuida da cidade?

O campo da arquitetura e do urbanismo tem relação direta com os efeitos da ocupação humana no planeta. A maneira como habitamos impacta no solo, na temperatura

e na disponibilidade de recursos. As curadoras austríacas Angelika Fitz e Elke Krasny, na introdução do livro *Critical Care: Architecture and Urbanism for a broken planet*, acreditam que a arquitetura e o urbanismo são centrais no cuidado com o habitat, sua habitabilidade e vivacidade. Elas também apontam que o debate sobre a ótica do cuidado já vem sendo feito no campo feminista desde a década de 1960, o que demonstra sua interconectividade com temas de justiça social e justiça ambiental – como a igualdade de gênero, o racismo ambiental, o direito à cidade, à saúde, ao saneamento básico, entre outros.

Em 1991, junto com a ativista Berenice Fisher, a teórica política americana Joan Tronto definiu cuidado como “uma atividade que inclui tudo que fazemos para manter, continuar, e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível”⁸ (TRONTO *apud* FITZ; KRASNY, 2019, p.13). Ao associar o tema do cuidado com o campo da arquitetura, Tronto defende o entendimento da disciplina como um reflexo de estruturas de poder que influenciam na demanda de recursos e força de trabalho.

Tronto diferencia formas de cuidado para aprofundar o debate. O sentido de cuidado primeiramente abordado por algumas feministas na década de 1970 era o designado às mulheres: cuidar das vidas vulneráveis. Mas há também o cuidado com a produção e a proteção, mais tradicionalmente destinado aos homens. Seguindo esse paralelo, assim como o dinheiro ou os alimentos trazidos à casa pelos homens precisariam passar pelo trabalho feminino (cozinhar, limpar, fazer compras...), “os edifícios protegem as pessoas dos elementos. Mas não fornecem cuidado por si só.”⁹ (TRONTO In: FITZ; KRASNY, 2019, p. 27).

A autora também diferencia o tema do cuidado do tema da sustentabilidade. A institucionalização da sustentabilidade (através de selos, prêmios e políticas públicas) trouxe mais importância para o edifício em si – principalmente seus materiais – do que com as relações que ele cria com o exterior. Em suma, Tronto, assim como Fitz e Krasny, entende que o cuidado fala necessariamente de uma relação e não de um objeto:

⁸ Tradução livre da autora.

⁹ Tradução livre da autora.

O cuidado enfatiza processos e relações que se estendem pelo tempo, [...] o cuidado não vê a ‘coisa’ completa – edifício, parque, cidade, etc. – como um objeto. Ele parte das responsabilidades de cuidar, não só das ‘coisas’ ou seus criadores, construtores, ou patrões, mas de todos que estão envolvidos através dessa coisa.¹⁰ (TRONTO In: FITZ; KRASNY, 2019, p. 28)

Pensar no fazer arquitetônico não mais como um “gerador de coisas” e sim como um “gerador de relações” configura uma importante mudança na visão modernista de mundo, em geral focada no objeto construído e finalizado, valorizando a funcionalidade e buscando controlar os usos. Elke Krasny também aponta, em seu texto no mesmo livro, que a questão da autoria na arquitetura moderna se põe como contraditória à ideia de cuidado. Segundo ela, o papel do arquiteto moderno é de um gênio ou herói capaz de dar conta sozinho de encontrar uma solução. Ou seja, uma atitude solitária, contundente, determinista, independente e finita em si mesma.

A distância que o ideal modernista toma do campo do cuidado é incoerente com a função primordial da arquitetura em ser abrigo, isto é, proteger e garantir a vida. Para Krasny, ao levarmos em consideração apenas uma arquitetura europeia, ocidental e assinada, deixamos de lado na historiografia outras arquiteturas e arquitetos e arquitetas, por vezes vernaculares, que de fato se preocuparam com uma arquitetura do cuidado:

A arquitetura moderna é usualmente construída pela afirmação da tábula rasa, um mecanismo profundamente colonial que aniquila a natureza e todos e tudo que existia anteriormente no terreno.¹¹ (KRASNY In: FITZ; KRASNY, 2019, p.35)

Essa relação de independência em relação ao ambiente em que se constrói é oposta a um entendimento de cuidado que pensa os sujeitos conectados uns aos outros. O cuidado tem, no entanto, uma relação de interdependência e não de dependência, segundo a autora. Krasny associa a ideia de independência na arquitetura a valores tradicionais que a tornaram autônoma e até dominante em relação à natureza. Para ela, retomar essa conexão com o meio ambiente e os outros seres é uma maneira de alterar a lógica de exploração

¹⁰ Tradução livre da autora.

¹¹ Tradução livre da autora.

de recursos, de seres e de humanos que rege a arquitetura desde a modernidade. No entanto, a partir dessa leitura de Krasny, corremos o risco de reduzir essa relação de interdependência a algo “novo”, desconsiderando momentos e casos em que a relação com a “natureza” – se é que faz sentido essa denominação simplista que limita tudo que é oposto à cultura – não foi de dominância ou independência ao longo da história da arquitetura. Para além da modernidade é possível recuperar lições de como essa relação pode se dar de uma maneira mais integrada, a começar pela indiferenciação que certos povos autóctones fazem entre a sua existência e o meio físico.

Entendendo a arquitetura como vital para a existência humana no planeta e compreendendo que a existência humana tem impactado profundamente o planeta, uma “arquitetura do cuidado” também cuida do planeta. Assim, podemos pensar que uma arquitetura do cuidado passaria a considerar seu tempo de duração no planeta, quem vai habitá-la no futuro e as relações com outros organismos vivos e com o meio ambiente. Essa virada pode ser o que o “planeta doente” do Antropoceno precisa, para Tronto:

[...] agora precisamos de uma arquitetura que cumpra as tarefas básicas de dividir as responsabilidades de cuidar do nosso mundo, uma arquitetura que é sensível aos valores de reparação, de preservação, de manter todas as formas de vida e o próprio planeta.¹² (TRONTO In: FITZ; KRASNY, 2019, p. 28)

Para pensar como podemos chegar em uma “arquitetura do cuidado”, Tronto busca definir diferentes sentidos e formas de cuidado. Para ela, o cuidado é sempre uma prática, uma atividade. Normalmente pensamos em exemplos de práticas de cuidado na vida particular e em pequena escala. Tronto entende que essas pequenas ações e diferentes formas de cuidado podem e devem se encadear e se somar, ganhando força e escala, do micro para o macro. Praticar o cuidado e receber cuidado são entendidos como práticas complementares e igualmente importantes.

Tal perspectiva envolve uma definição política do que é cuidado de acordo com quem cuida e para que cuida. E o que define se algo é bem cuidado são as pessoas que fazem parte de uma comunidade de relações com os seres e agentes envolvidos: “Do que

¹² Tradução livre da autora.

cuidamos ou com o que nos importamos define qual tipo de sociedade nós somos.”¹³
(TRONTO In: FITZ; KRASNY, 2019, p.30).

Tronto e Fisher definem quatro tipos de cuidado: *caring about* (se importar/empatia); *caring for* (se responsabilizar pelo cuidado), *care giving* (cuidar) e *care receiving* (receber cuidado). Posteriormente, Tronto acrescenta *caring with* (reciprocidade do cuidado). Apesar de Tronto abordar essas classificações como complementares e não excludentes, podemos discutir até que ponto elas poderiam ser entendidas como etapas do cuidado, no sentido de uma progressão de fases com diferentes profundidades que compõem um todo ou um ciclo. Ou se cada um desses tipos pode ser entendido de maneira individual. De qualquer maneira, as categorias ajudam a explorar os diferentes sentidos do cuidado para além do seu uso cotidiano, mesmo em contextos culturais diversos.

Caring about pode ser traduzido por “empatia” ou pelo reconhecimento do que precisa de cuidado. Processos de invisibilização buscam justamente esconder as necessidades de certos grupos. Silenciamentos também são formas de apagar demandas. A segregação espacial reforça a falta de empatia e a ignorância quanto ao que precisa de cuidado. Identificar o que/quem precisa de cuidados e quais cuidados são esses são uma etapa inicial de qualquer prática de cuidado.

Caring for designa uma etapa seguinte, referente à responsabilização do cuidado. Após identificar uma demanda, quem é responsável por supri-la? No quadro da arquitetura, quais as responsabilidades de um arquiteto ou arquiteta em relação ao objeto construído e/ou à cidade? Essa fase envolve muitas disputas entre escalas e tipos de poder, como público e privado, mas também entre indivíduos e coletivos.

A etapa ou tipo de cuidado que mais se relaciona com o ato de cuidar, propriamente, é *care giving*. Quais atitudes práticas são tomadas em relação ao cuidado? Em complemento, a ideia de *care receiving* reafirma o sentido cíclico e processual do cuidado. Todos que estão envolvidos nessa relação são afetados. No caso da arquitetura, essa questão pode ser relacionada a um monitoramento do que acontece após a construção, nas análises de ocupação e gestão. Esse acompanhamento e avaliação reinicia o ciclo ao detectar novas necessidades de cuidado.

¹³ Tradução livre da autora.

Mas como pensar a continuidade ou a autonomia desses processos? Ao pensar em *caring with*, Tronto aborda a reciprocidade do cuidado:

[...] apesar do cuidado começar por demandas assimétricas, as pessoas podem vir a perceber como a participação em ciclos de cuidado contínuos torna-as de alguma maneira menos desiguais, ao longo do tempo e do ciclo da vida.¹⁴ (TRONTO In: FITZ; KRASNY, 2019, p. 32)

Desse modo, as outras etapas são alimentadas: é mais fácil reconhecer as demandas, se responsabilizar, dar e receber cuidado quando se está em uma comunidade que promove cuidado, segurança e atenção para seus integrantes. Quem é cuidado cuida.

A filósofa e teórica feminista belga Maria Puig de la Bellacasa questiona, porém, se o cuidado é uma obrigação moral ou ainda se podemos aprender a cuidar. Depurando a definição abrangente de cuidado de Tronto – “tudo que fazemos para manter, continuar, e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível”¹⁵ – Bellacasa questiona quem são os que fazem, de quem é o “nosso mundo” e o que seria a “melhor maneira possível”. Essas perguntas não têm respostas exatas e servem como pontos de permanente tensão e disputa que contextualizam e situam o cuidar como ato político.

Se a intenção é potencializar e valorizar esses agentes cuidadores, como podemos legitimar suas vozes? O reconhecimento do valor do cuidado passa por reconhecê-lo como fundamental para a manutenção da vida humana e não humana. Bellacasa defende que pensar as questões de cuidado não deve ser sobre definir o que é certo ou errado do ponto de vista de alguma moralidade. Não há uma metodologia ou teoria do “bom cuidado”, cuidar pode significar coisas diferentes em cada situação e contexto. Ela sugere que pensar as questões de cuidado seja um compromisso especulativo, sempre em tensão e contestação. Como uma relação de interdependência e não uma obrigação moral. O cuidado é necessário, mas não está dado.

Enxergar o cuidar como uma relação de interdependência, como posto por Tronto, Krasny e Bellacasa, dialoga com a ideia de que “cultura” e “natureza” não podem mais

¹⁴ Tradução livre da autora.

¹⁵ Tradução livre da autora.

ser vistas como conceitos separados. A ideia de uma comunidade de cuidado pode e deve ser entendida em uma perspectiva mais-que-humana. O pensador indígena Ailton Krenak critica a fala frequente de alguns ambientalistas de que é preciso “cuidar da natureza”. Para ele, isso não é possível sem nos entendermos como parte dessa “natureza”¹⁶. A ideia de “cuidar da natureza” nos coloca como sujeito provedor de cuidado, em posição de poder – diferentemente da noção de *caring with* de Tronto (reciprocidade). Na perspectiva de Krenak, os ciclos do cuidado estão relacionados a outros ciclos de vida.

-Uma democracia do cuidado

As relações de cuidado envolvem majoritariamente discrepâncias de poder. Isso as torna necessariamente políticas. Da mesma maneira, as demandas e a responsabilização do cuidado são por vezes deixadas de lado mesmo em teorias ou práticas inclusivas, como quando crianças ou idosos são desconsiderados como cidadãos ativos, por exemplo, apesar de gozarem de direitos e deveres específicos. Uma democracia do cuidado, como defende Tronto, deveria se comprometer a promover a igualdade de vozes e reduzir as diferenças de poder numa sociedade. De fato, a democracia excluiu durante um bom tempo os agentes que demandam maior cuidado, como se sua dependência os fizesse menos capazes de tomar decisões. Como se dependência e autonomia fossem opostos. A autora argumenta que quem demanda mais cuidado pode, inclusive, ter mais autoridade para tomar decisões sobre a responsabilização do cuidado.

Outra publicação que debate sobre o cuidado no âmbito político é o livro *The Care Manifesto: the politics of interdependence*, lançado em meio à pandemia, em 2020. Escrito pelo *The Care Collective*, seus cinco autores são de diferentes áreas do conhecimento. O coletivo, fundado em 2017 e sediado em Londres, inclui membros das áreas de administração, estudos de gênero, cultura política, sociologia e mídias digitais.

Com uma forte crítica ao neoliberalismo, os autores identificam uma mudança na responsabilização pelo cuidado nesse regime: a prevalência do discurso do autocuidado como lógica de desenvolvimento pessoal e bem-estar em favor de políticas de bem-estar social e comunidade. “[...] o modelo dominante que surgiu é o da competição e não o da

¹⁶ Fala durante a Vigília da oralidade, realizada pelo Ciclo de estudos Selvagem, no Museu Nacional entre os dias 15 e 16 de abril de 2023.

cooperação. O neoliberalismo, em outras palavras, não tem uma prática eficaz nem um vocabulário para o cuidado.”¹⁷ (CHATZIDAKIS *et al.*, 2020, p. 4). Para eles, o individualismo propagado por esse regime econômico nos torna menos capazes de cuidar do outro. Ao sermos estimulados a se importar apenas com o nosso desenvolvimento pessoal, nos distanciamos do senso de comunidade e do que é diferente de nós, o que abre espaço para o avanço de populismos de extrema direita e totalitários. Diante de incertezas e insegurança social, é comum que as pessoas sejam atraídas por discursos conservadores e/ou nacionalistas.

Contrário à lógica da interdependência, o cidadão ideal para o neoliberalismo é autônomo, autossuficiente, resiliente e empreendedor. Desse modo, segundo os autores, esse ideal ajuda a justificar o dismantelamento das políticas de bem-estar social, na qual o Estado é corresponsável pelo cuidado: “essa noção de que o cuidado depende do indivíduo resulta da recusa em reconhecer nossas vulnerabilidades e interconectividades compartilhadas [...]”¹⁸ (CHATZIDAKIS *et al.*, 2020, p. 12). O foco no cuidado individual ou dos seus iguais se relaciona com o cuidado parental, ou seja, o cuidado que é realizado no âmbito familiar e sob a justificativa do amor. Em oposição, o coletivo defende uma ideia de cuidado universal que, segundo eles, é colocar o cuidado como centro não apenas na esfera doméstica, mas também na esfera estatal e planetária, na qual toda a comunidade compartilha as alegrias e fardos do cuidado.

Apesar de reconhecer que todos somos dependentes de cuidado, uma análise econômica do sistema capitalista leva à conclusão de que essa dependência tem diferentes significados a depender da classe. As pessoas com maior poder aquisitivo, por exemplo, podem ser categorizadas como as que mais dependem dos cuidados que terceirizam. Essa dependência, no entanto, não é vista socialmente como uma fraqueza ou incapacidade (como é o caso com as crianças, idosos e deficientes), mas, sim, como um sinônimo de poder. A dependência do cuidado é usualmente vista como submissão ou dominação e não como uma condição humana, segundo os autores.

Por isso, o coletivo defende uma ideia de cuidado universal na qual todos estão implicados no cuidado de alguma maneira e não buscando se libertar desse trabalho. Isso

¹⁷ Tradução livre da autora.

¹⁸ Tradução livre da autora.

não significa, porém, que todos devem realizar todas as funções de cuidado, e, sim, a valorização de recursos sociais e políticos que possam cultivar nossa habilidade de cuidar uns dos outros e não de sequestrar recursos humanos e naturais. O coletivo acredita que práticas que reconheçam as ambivalências e contradições do cuidado são capazes de fortalecer a comunidade democrática. A mobilização em Paraisópolis durante a pandemia - citada anteriormente - poderia ser um exemplo dessas práticas defendidas pelos autores por tensionar a relação entre o coletivo e o poder público. Da mesma maneira, são os instrumentos de participação democrática que permitem a criação de um mundo mais cuidadoso e igualitário nesse sentido.

Ao abordar o conceito de comunidade, o coletivo ressalta que esse termo pode ser romantizado. Nem todas as comunidades são sinônimo de uma rede de cuidados. O sistema econômico e o papel do Estado não é, portanto, diminuído no manifesto. Pelo contrário, tendo como perspectiva um cuidado universal, o Estado tem um papel fundamental. Porém, um Estado cuidadoso seria aquele em que o pertencimento é pautado pelas relações de interdependência e não por fronteiras de identidades etnoculturais que garantem a segurança nacional.

O reconhecimento da interdependência do cuidado é também o reconhecimento de que todos têm algo a contribuir com esse ciclo do cuidado em todas as fases da vida. A autonomia dos indivíduos não deve ser desconsiderada nessa visão de Estado cuidadoso. O Estado não pode se tornar paternalista e aprofundar a dependência, mas, sim, valorizar a autonomia. O caminho para isso, segundo eles, é aumentar a participação democrática. O termo *caring with* de Joan Tronto é lembrado para indicar como um Estado cuidadoso é aquele em que as pessoas cuidam uma das outras e também da democracia.

Retomando o argumento inicial do manifesto, uma ideia radical e universal de cuidado é cuidar para além do que é semelhante, individual ou próprio. Entender a interdependência do cuidado é cuidar pela diferença, até porque não temos outra opção. Precisamos do que é estranho a nós para viver nesse mundo e para que ele sobreviva, isso envolve dimensões humanas e não-humanas.

Como, então, fomentar comunidades cuidadosas, complexas, diversas e mais-que-humanas? O antropólogo colombiano Arturo Escobar, em uma conferência em 2020,

elaborou o tema de interdependência como um fator de comunalidade entre humanos e não-humanos. Ao defender a ideia de um design participativo que seja relacional, ele nos ajuda a pensar possíveis modos de agir também para o campo da arquitetura ou do projeto de forma ampla (*design*). Para ele, a modernidade instaurou a crença de que somos indivíduos autônomos e isso configura um “ciclo tóxico da existência cotidiana”. Pensando em uma prática de design que não seja antropocêntrica, ele propõe a ideia de uma interdependência radical, “no sentido de que não apenas tudo está relacionado a tudo, mas tudo depende de que todo o resto exista.” (ESCOBAR, 2020, p.3). Pensar a vida como uma inter-relação é uma forma de habitar o planeta de forma pluriversal – termo desenvolvido em outros textos pelo autor, mas que origina do pensamento zapatista de um mundo em que cabem muitos mundos. Nesse sentido, Escobar também está pensando o projeto – ou a arquitetura – como um gerador de relações e não apenas de coisas.

Segundo Escobar, na América Latina, principalmente na década de 2010, aflora o conceito de interdependência e de comunalidade. Como uma espécie de resposta contra as forças transnacionais que buscam se apropriar desses povos, o comunitário surge como luta, segundo o autor: “[...] existe uma forma muito importante de repensar o comunal, na América Latina, que é importante para a forma como pensamos a participação.” (ESCOBAR, 2020, p.4). Para ele, esse design participativo relacional é uma forma de agir contra o que ele chama de terricídio. Esse é um conceito desenvolvido pela marcha indígena de mulheres para o Bem Viver e, para o antropólogo, designa melhor o momento que estamos vivendo do que o termo Antropoceno. Escobar cita exemplos de ações e territórios em luta pela América Latina para ilustrar que essa metodologia envolve “conectar a academia com os movimentos sociais, aprender com o mundo e não sobre o mundo, [...] criar conhecimento também para o luto e para a cura [...] e estabelecer pedagogias de libertação [...]” (ESCOBAR, 2020, p.7).

Nesse sentido, o pensamento latinoamericano de Escobar se relaciona com a ideia de *caring with* defendida por Tronto. Apesar de não tratar especificamente do cuidado, seu entendimento de desenhar/projetar levando em consideração as relações de interdependência que são necessárias para a vida no planeta é também uma prática de cura e cuidado. O design, como ferramenta que cria mundos e formas de habitá-lo, apresenta-se como importante dispositivo contra o terricídio. A comunalidade aparece

como uma forma de relação para além do público ou privado, uma organização complexa que prescinde das formas estatais ou mercadológicas – ou que existe dentro e apesar delas.

-Cuidar com crianças

Seguindo o caminho traçado pelos autores e autoras citadas até aqui em direção à interdependência do cuidado e pensando a ideia de *planetability* como uma *response-ability* – termo posto por Donna Haraway como maneira de viver e morrer em uma terra degradada (HARAWAY, 2023, p.10) – não vou me aprofundar em nenhum exemplo prático ou estudo de caso que ilustre os conceitos apresentados, porém concluirei esse texto apontando para o que considero um caminho de ação.

Avançando sobre os questionamentos de Tronto, Krasny, Bellacasa e *The Care Collective* sobre o que alimenta as relações de cuidado e a ideia de Escobar sobre comunalidade, penso que as crianças talvez sejam os agentes sociais que mais facilmente criam redes de cuidado ao seu redor. A evidente dependência de cuidados, o fato de que todos já fomos crianças e a grande parcela que representam da população mundial¹⁹ são alguns dos fatores que as tornam um grupo de especial interesse para pensar sobre o cuidado. Porém, mais do que isso, elas também nos ajudam, com sua imaginação, a vislumbrar um futuro em meio à falta de horizontes. Nossa *response-ability* com elas é também uma responsabilidade com o futuro do planeta e esse futuro se faz no presente.

Entendendo o cuidado como uma relação dual e complexa entre quem cuida e quem é cuidado (TRONTO, 2013; BELLACASA, 2017), a escolha pelas crianças também é política. Usualmente quem cuida encontra-se em posição de maior poder social do que quem é cuidado – embora os casos contrários sejam justamente os que tornam o debate mais complexo e exigem sua devida contextualização. Portanto, pesquisar práticas que coloquem as crianças em posição de autonomia sobre o cuidado e não apenas de quem recebe o cuidado é alterar a posição social e política a que tem sido relegadas, reconhecendo-as como sujeitos inteiros e não apenas como adultos em formação ou “*infantes*” (na origem etmológica latina, aquele que não fala).

¹⁹ Crianças de 0 a 14 anos representam cerca de 25% da população mundial, segundo dados de 2024 da ONU. Ver mais em: <https://population.un.org/wpp/graphs?loc=900&type=Demographic%20Profiles&category=Line%20Charts>

Nesse sentido, o campo da educação vem, nos últimos anos, repensando os currículos tradicionais por diferentes concepções pedagógicas, exemplos disso são os pensamentos de Maria Montessori, Jean Piaget, Emmi Pikler, John Dewey, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, bell hooks, Luiz Rufino, entre outros. Algumas iniciativas, têm questionado a didática convencional e proposto projetos políticos-pedagógicos alternativos, voltados para o desenvolvimento da autonomia, com uma maior conexão com a natureza e com os saberes locais, fugindo da lógica da reprodução do conhecimento. Portanto, já há um grande número de experiências de educação formal e não-formal espalhadas por diversos países que buscam uma abordagem de aprendizagem pautada pelo contexto urbano e ambiental em que se localizam.

No Brasil, esse pensamento, que tem origem no trabalho inovador de Paulo Freire contra uma “educação bancária”²⁰, parece ter ganhado força e forma principalmente a partir dos anos 1990 com escolas que se denominam, por vezes, como “escolas democráticas”. O Ministério da Educação mapeou, em 2015, 178 instituições educacionais espalhadas por todas as regiões do Brasil que reconhece como “inovadoras e criativas”²¹. Apesar de não formarem um modelo, é possível perceber algumas premissas comuns: as crianças têm autonomia para definir seus assuntos de interesse, a grade não é definida por matérias, há momentos para debates e assembleias com representantes para mediar conflitos e tomar decisões sobre o espaço compartilhado. Ou seja, as crianças são estimuladas a terem autonomia e liberdade quanto às questões coletivas e exercitarem a representação política, dentro da escala da escola, do bairro ou de sua região.

Dentre essas instituições, é possível encontrar escolas particulares e públicas que, mesmo não sendo guiadas por uma política pública voltada para esse tema, se articularam para abranger no seu projeto político-pedagógico uma formação política a partir do envolvimento com questões urbanas. Esse é o caso, por exemplo, do coletivo “Território educativo das travessias”, formado por quatro escolas públicas de educação infantil de São Paulo, que promove, desde 2019, brincadeiras, passeios exploratórios e cortejos pela cidade. Além das propostas oriundas de escolas, algumas ONGs e coletivos também

²⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

²¹ http://simec.mec.gov.br/educriativa/mapa_questionario.php

trabalham com iniciativas similares, no intuito de incentivar a participação infantil – como, por exemplo, o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP)²², criado em 1996 no Rio de Janeiro como uma organização da sociedade civil com projetos que buscam incluir as crianças no planejamento da cidade, e a Associação Cidade Escola Aprendiz²³, criada em 1997 e que atua com projetos em várias cidades do país para promover uma educação integrada ao território, como o Bairro-Escola e o Cidades Educadoras. Também é importante destacar a presença de organizações internacionais, como a Fundação Bernard van Leer²⁴, fundada em 1949 na Holanda e com atuação voltada para a primeira infância desde 1965 em 25 países. Um dos braços da Fundação é a iniciativa Urban95²⁵, presente em 27 municípios brasileiros.

É possível observar nessas práticas pedagógicas uma abordagem a partir da ideia de cuidado – embora raramente colocada nesses termos. As crianças, usualmente vistas como incapazes de tomar decisões e que demandam cuidados, podem ser enxergadas também como autônomas e cuidadoras. Com o intuito de aproximar as teorias sobre o cuidado de práticas situadas no Sul Global, mais especificamente no Brasil, algumas atividades de educação ambiental/urbana que abordam o tema do cuidado foram apresentadas e discutidas na minha pesquisa de doutorado, buscando entender como a semântica do cuidado pode ser ampliada através da produção de territorialidades.

Também foram realizadas duas práticas de educação ambiental/urbana no Rio de Janeiro, durante a pesquisa. Como parte do projeto de extensão Cuidado com o chão, sediado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, sob coordenação da Profa. Ana Luiza Nobre, atividades foram realizadas em 2021 e 2022 em parceria com a Escola Municipal Luiz Paulo Horta, na Rocinha, e em 2023 em parceria com a Associação Cultural Lanchonete $\diamond$ Lanchonete, na Pequena África/Gamboa. Essas experiências buscaram entender como as crianças compreendem, praticam e identificam práticas de cuidado em seus territórios. Debatendo a responsabilização do cuidado, as redes de

²² Ver mais em: <https://cecip.org.br/>

²³ Ver mais em: <https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/>

²⁴ Ver mais em: <https://vanleerfoundation.org/pt-br/>

²⁵ Ver mais em: <https://urban95.org.br/>

cuidado e a autonomia das crianças nesses diferentes contextos, foi possível refletir com mais complexidade sobre uma ideia de cuidado situada em urbanidades brasileiras²⁶.

A partir da ideia de uma interdependência do cuidado, pensar com as crianças pode nos ajudar a traçar caminhos para fora da crise. Para além do fato de que cidades boas para as crianças são cidades boas para todos, enxergar as crianças não apenas como agentes que precisam de cuidado, mas, sim, como sujeitos autônomos e com voz é uma forma de reconhecer as relações de interdependência no planeta. Elas podem nos ensinar a fazer parentescos estranhos (HARAWAY, 2023) e gerar comunalidade (ESCOBAR, 2020), para além de laços sanguíneos, semelhanças e antropocentrismos. Não subjugar suas personalidades e não as generalizar como grupo social é uma mudança de postura em relação à responsabilização do cuidado. Esse deslocamento de uma chave adultocêntrica se assemelha ao deslocamento em relação ao antropocentrismo. Reconhecer o cuidado como interdependência é valorizar não apenas os grupos vulnerabilizados que demandam o trabalho de cuidado (crianças, idosos e pessoas com deficiência), mas também a relação entre humanos e não-humanos. Entender o cuidado como vital para a vida, humana ou não-humana, é entender que essa interdependência ou hierarquia humana em relação à “natureza” não é possível, como posto por Krenak.

Nesse sentido, é preciso relembrar os dilemas postos pelo Antropoceno: a impossibilidade de futuro, a urgência e a necessidade de imaginar outras articulações políticas possíveis. Assim, a chave da “respons-habilidade” pode ajudar a contextualizar o cuidado. O Antropoceno desloca a responsabilidade de uma chave iluminista do sujeito e da ética e a extrapola para uma corresponsabilidade. Cuidar com (*caring with*) crianças pode nos ajudar a imaginar práticas contra o terricídio e em direção a outra habitabilidade.

Referências bibliográficas

BELLACASA, María Puig de la. **Matters of care**. Speculative Ethics in more than human world. Minnesota: University of Minnesota Press, 2017.

CHATZIDAKIS, Andreas; HAKIM, Jamie; LITTER, Jo; ROTTENBERG, Catherine; SEGAL, Lynne. **The Care Manifesto**: the politics of interdependence. Londres: Verso Books, 2020.

²⁶ Mais informações sobre as atividades do Cuidado com o chão podem ser vistas na publicação disponível no link https://drive.google.com/file/d/1mL3eo1D9Y14CVhHnYZpT5n7fJEbBcec/view?usp=drive_link e no instagram @cuidadocomochao.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

ESCOBAR, Arturo. **Contra o terricídio**. 2020. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/pandemia-critica-145-contr-o-terricidio/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FITZ, Angelika; KRASNY, Elke (ed.). **Critical Care**: architecture and urbanism for a broken planet. Massachusetts: MIT Press, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1987.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthluceno. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LE GUIN, Ursula K.. The Carrier Bag Theory of Fiction. In: LE GUIN, Ursula K.. **Dancing at the Edge of the World**: thoughts on words, women, places. Nova York: Grove Press, 1989. Tradução: Priscilla Mello. Revisão: Ellen Araujo e Marcio Goldman. Disponível em: https://www.academia.edu/44858388/A_Fic%C3%A7%C3%A3o_como_Cesta_Uma_Teoria_The_Carrier_Bag_Theory_of_Fiction_Ursula_K_Le_Guin. Acesso em: 21 dez. 2022. Tradução: Priscilla Mello.

TRONTO, Joan. **Caring democracy**: Markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.